Patrimônio em uso:
preservação, mediação cultural e extensão universitária no Museu de Cultura Popular

Rogério Zanon da Silveira

Doutor em Administração pela UFMG
Professor do Mestrado em Planejamento e Gestão Pública UFES
Email: rogerio.silveira@edu.ufes.br

Marcelo Calderari Miguel

Mestrado em Ciência da Informação pela UFES
Graduação em Administração pela UFES
E-mail: marcelocalderari@yahoo.com.br

Recebido: 10 set. 2026 Aprovado: 04 nov. 2026

Resumo: O estudo investiga a articulação entre patrimônio edificado, museu universitário e mediação cultural no Museu de Cultura Popular do Fórum da Cultura da UFJF. O objetivo é compreender como a preservação de sua edificação histórica, associada à extensão, contribui para memória e acesso público. De abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa utiliza análise documental e estudo de caso. Resultado: o museu integra acervo, exposições, ações educativas em sua sede, fortalecendo sua função pública. E sua continuidade depende de conservação preventiva, documentação do acervo, mediação inclusiva e planejamento institucional.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Museu Universitário. Mediação Cultural. Extensão Universitária.

Abstract: This study investigates the interplay between built heritage, the university museum, and cultural mediation at the Museum of Popular Culture (part of the UFJF *Fórum da Cultura*). The aim is to understand how the preservation of its historic building, combined with university outreach activities, contributes to memory and public access. Employing a qualitative and exploratory approach, the research utilizes document analysis and a case study. The results show that the museum integrates its collection, exhibitions, and educational activities at its premises, thereby strengthening its public role. Furthermore, its continuity depends on preventive conservation, collection documentation, inclusive mediation, and institutional planning.

Keywords: Cultural Heritage. University Museum. Cultural Mediation. University Extension.

Resumen: El estudio investiga la articulación entre el patrimonio edificado, el museo universitario y la mediación cultural en el Museo de Cultura Popular del Fórum da Cultura de la UFJF. El objetivo es comprender cómo la preservación de su edificio histórico, asociada a la extensión universitaria, contribuye a la memoria y al acceso público. Con un enfoque cualitativo y exploratorio, la investigación emplea el análisis documental y el estudio de caso. Resultado: el museo integra acervo, exposiciones y acciones educativas en su sede, fortaleciendo así su función pública. Su continuidad depende de la conservación preventiva, la documentación del acervo, la mediación inclusiva y la planificación institucional.

Palabras clave: Patrimonio Cultural. Museo Universitario. Mediación Cultural. Extensión Universitaria.

Introdução

Edificações históricas destinadas a usos culturais ocupam um lugar singular nas políticas de preservação, pois seus significados não se restringem à materialidade arquitetônica. A permanência desses bens envolve escolhas relacionadas à conservação, adaptação, acessibilidade e gestão, buscando conciliar memória histórica e uso público sem transformar o patrimônio em objeto estático ou obstáculo à dinâmica cultural.

No Brasil, a proteção do patrimônio cultural abrange bens materiais e imateriais relacionados à identidade, à memória e às práticas sociais dos diferentes grupos formadores da sociedade (Brasil, 1988). Essa perspectiva amplia a noção de preservação ao reconhecer que o valor patrimonial também se constrói por meio de usos, interpretações e formas de participação social. Da mesma forma, os museus contemporâneos são compreendidos como instituições voltadas não apenas à guarda de acervos, mas também à pesquisa, comunicação, educação e diálogo com as comunidades (Icom, 2022; Unesco, 2015).

Nesse contexto, o Museu de Cultura Popular do Forum da Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) constitui um caso relevante para analisar a relação entre patrimônio edificado, mediação cultural e extensão universitária. Instalado em uma edificação histórica tombada pelo município, o museu articula acervo, exposições, ações educativas e memória institucional, integrando preservação e uso cultural em um equipamento universitário aberto à sociedade.

O estudo busca compreender como o Museu de Cultura Popular articula preservação patrimonial, mediação cultural e extensão universitária, considerando suas possibilidades e limites a partir de evidências documentais. Parte-se da compreensão de que o edifício oferece suporte histórico e simbólico, enquanto as práticas museais atualizam seus sentidos por meio da pesquisa, da comunicação e da ação educativa, sem pressupor efeitos de requalificação urbana ou participação social mensurável sem dados específicos.

O artigo apresenta inicialmente o percurso metodológico e as fontes utilizadas, seguido da discussão conceitual sobre patrimônio, museus universitários e mediação cultural. Posteriormente, analisa a trajetória institucional do edifício e do museu, examinando aspectos relacionados ao uso público, à extensão universitária, à acessibilidade e à sustentabilidade.

2 Percurso metodológico

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e utiliza o estudo de caso como estratégia de investigação. O caso foi delimitado ao Museu de Cultura Popular do Forum da Cultura da UFJF, sem incorporar instituições externas ou atribuir ao museu características de outros equipamentos culturais. A análise busca interpretar relações entre materialidade, usos, discursos institucionais e formas de mediação; não pretende estimar impactos econômicos, medir a satisfação dos visitantes ou estabelecer relações causais sobre o território.

O corpus documental reúne a Constituição Federal, o Decreto-Lei nº 25/1937, o Estatuto de Museus, o decreto municipal de tombamento do edifício, páginas institucionais da UFJF e da Prefeitura de Juiz de Fora, além de artigos e livros sobre patrimônio, museologia, comunicação e extensão universitária. Também foram considerados registros descritivos presentes no material de origem do estudo. As fontes institucionais foram usadas principalmente para reconstruir datas, funções e características declaradas; a literatura especializada foi mobilizada para interpretar os problemas de preservação, mediação, participação e gestão.

A leitura foi organizada em três categorias analíticas. A primeira, patrimonialização e materialidade, observa como o edifício é reconhecido, protegido e adaptado. A segunda, mediação cultural, examina como acervo, exposição, visita e ações educativas podem transformar objetos em experiência interpretativa. A terceira, gestão universitária e sustentabilidade, considera as condições institucionais necessárias para preservar coleções, garantir acesso e produzir avaliação dos públicos. A distinção entre fato documentado, interpretação teórica e inferência analítica foi mantida ao longo do texto.

Há limitações que delimitam a força das conclusões. As páginas institucionais são fontes primárias para a trajetória e a oferta declarada, mas apresentam a perspectiva das próprias organizações. O material analisado não fornece série histórica recente de visitantes, pesquisa sistemática de recepção, entrevistas atuais com públicos ou indicadores de transformação do entorno. Também não há elementos suficientes para afirmar a existência de curadoria participativa, co-gestão comunitária ou resultados educacionais mensurados. Essas lacunas não anulam a relevância do caso; indicam quais perguntas uma agenda de pesquisa posterior deverá enfrentar.

3 Patrimônio, patrimonialização e uso público

Patrimônio não corresponde a um inventário neutro de objetos antigos. Trata-se de uma construção social e política que seleciona bens, valores e narrativas para serem transmitidos, protegidos e compartilhados. Choay (2006) mostra que a noção moderna de patrimônio se formou em associação com processos de reconhecimento histórico e de atribuição de valor. Fonseca (2005), ao analisar a política de preservação no Brasil, evidencia que os instrumentos de proteção resultam de disputas de interpretação, escolhas institucionais e relações entre Estado, especialistas e grupos sociais.

O tombamento é um instrumento jurídico de proteção, mas não define sozinho todos os sentidos de um bem nem assegura sua conservação material. O Decreto-Lei nº 25/1937 estruturou a proteção federal do patrimônio histórico e artístico, estabelecendo restrições a intervenções e à destruição dos bens inscritos. A Constituição de 1988 ampliou o campo de reconhecimento ao incluir dimensões imateriais e a participação da comunidade (BRASIL, 1937, 1988). A leitura conjunta desses dispositivos permite compreender o tombamento como condição de proteção, não como substituto para planejamento, manutenção e comunicação.

A adaptação de edifícios históricos para novos usos exige compatibilidade entre preservação e funcionamento. No estudo sobre a conversão da Antiga Alfândega em equipamento cultural, Almeida, Queiroz e Goes (2018) demonstram que a intervenção precisa considerar diagnóstico, legibilidade das transformações, segurança e necessidades contemporâneas. O princípio é pertinente ao Forum da Cultura: a continuidade do uso cultural pode contribuir para a permanência social do edifício, desde que as adaptações sejam justificadas, reversíveis quando possível e acompanhadas por conservação preventiva.

3.1 Função social do museu universitário

A definição contemporânea de museu desloca o centro da instituição da guarda isolada para um conjunto articulado de pesquisa, conservação, interpretação, exposição, educação e participação. O Icom (2022) enfatiza que o museu deve ser acessível, inclusivo e orientado ao diálogo com as comunidades. A Unesco (2015) relaciona os

museus ao direito à educação, à coesão social e ao desenvolvimento sustentável. Esses referenciais não eliminam a função de preservação; tornam explícita sua responsabilidade pública.

No Brasil, o Estatuto de Museus estabelece que as instituições devem desenvolver pesquisa, ações educativas, comunicação, exposições, acessibilidade e avaliação de públicos, além de adotar instrumentos de planejamento e documentação (BRASIL, 2009). A lei também reconhece a necessidade de participação da diversidade social nas ações educativas. Assim, a existência de um acervo ou de uma exposição não basta para caracterizar a função museal em sua dimensão pública. É preciso observar como a instituição documenta, interpreta, comunica, acolhe e avalia suas relações com a sociedade.

O caráter universitário acrescenta outra camada de responsabilidade. O artigo 207 da Constituição estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). O museu universitário pode funcionar como laboratório de formação e pesquisa, mas também como serviço cultural aberto a pessoas que não integram a universidade. Lima e Carvalho (2020) mostram que a atuação em museus pode formar estudantes por meio de práticas de extensão, enquanto Teixeira (2024) relaciona a museologia social em contexto universitário à construção de processos de ensino, pesquisa e extensão com participação de grupos sociais.

O diagnóstico nacional de Carvalho, Julião e Cunha (2022) ajuda a situar esse desafio. No levantamento com 166 respondentes de museus universitários brasileiros, 128 instituições, equivalentes a 77% da amostra, funcionavam em edificações antigas; 71 respondentes identificaram valor patrimonial nesses imóveis e 26 informaram tombamento ou proteção equivalente. Entre as instituições do grupo analisado pelos autores, 77% declararam não possuir plano museológico. Esses números não descrevem diretamente o Forum da Cultura, mas indicam que a associação entre patrimônio edificado e universidade costuma envolver problemas de planejamento, recursos, segurança, equipes e manutenção.

3.2 Mediação, recepção e participação

Mediação cultural não é a transferência automática de uma informação pronta para um visitante passivo. Em museus, os sentidos são produzidos na relação entre objeto,

exposição, linguagem institucional, repertórios dos públicos e contexto da visita. Cury (2005) defende que a comunicação museológica deve considerar a recepção e os processos pelos quais os visitantes interpretam a experiência. Essa perspectiva desloca a avaliação da quantidade de objetos expostos para a qualidade das relações que a instituição consegue construir.

Participação também precisa ser usada com precisão. A oferta de visita, oficina ou exposição de acesso gratuito amplia as possibilidades de contato, mas não prova que os públicos tenham participado da definição do acervo, da curadoria ou da gestão. Toji (2021) demonstra que consentimento, anuência e participação social assumem sentidos distintos no campo do patrimônio e não devem ser tratados como sinônimos. No caso de um Museu de Cultura Popular, essa distinção é decisiva, porque os objetos podem estar vinculados a comunidades, praticantes, famílias e detentores de conhecimentos que não se reduzem à condição de fonte histórica.

A mediação, portanto, precisa combinar informação contextual, escuta e reconhecimento da pluralidade de interpretações. No âmbito universitário, essa combinação pode aproximar pesquisa e extensão, mas requer procedimentos documentados: identificação de interlocutores, registro de decisões curatoriais, avaliação dos públicos e devolutivas às comunidades relacionadas ao acervo. Esse conjunto de critérios orienta a leitura do Museu de Cultura Popular sem converter intenções institucionais em resultados já comprovados.

4 O Museu de Cultura Popular no forum da cultura

A análise desse percurso considera como a edificação histórica, seus usos culturais e as ações universitárias construíram os sentidos que sustentam sua função patrimonial e pública. Preservar, nesse contexto, envolve equilibrar memória, conservação, adaptação e acesso social. A seção apresenta a trajetória da edificação, seu reconhecimento patrimonial e o processo de tombamento, situando o Museu de Cultura Popular no contexto urbano e institucional em que se insere. A discussão seguinte evidencia como o museu articula acervo, universidade e sociedade por meio da mediação cultural e da extensão universitária.

4.1 Edificação, trajetória institucional e tombamento

O Forum da Cultura está instalado na Rua Santo Antônio, nº 1.112, no centro de Juiz de Fora. A UFJF descreve o imóvel como uma construção do início do século XX, conhecida institucionalmente como Villa Cecy, com influência neoclássica e de villa italiana. Registros municipais também empregam a forma Vila Ceci. A variação nominal deve ser preservada na análise documental, pois não altera a identificação do edifício, mas evidencia que a memória institucional é produzida por diferentes registros. A própria universidade informa que a data exata de conclusão e ocupação inicial não está documentada de forma definitiva (UFJF, 2026b).

A trajetória do imóvel combina residência, ensino jurídico e administração universitária. A documentação institucional associa a concepção da casa ao casamento de Cecy e Clóvis, em 1919. Posteriormente, o espaço passou a sediar a Faculdade de Direito e abrigou dependências ligadas à administração da universidade. Em 1971, com a transferência da Faculdade de Direito para o campus, a edificação foi destinada a atividades culturais. O Forum da Cultura foi inaugurado em 1972 e passou a reunir diferentes iniciativas artísticas e de difusão da UFJF (UFJF, 2026a, 2026b, 2026d).

O reconhecimento jurídico municipal ocorreu pelo Decreto do Executivo nº 5.385, de 14 de setembro de 1995. O ato protege o volume, as fachadas, os acessos externos, os muros de fechamento, os jardins e os interiores originais, além de reconhecer a função cultural do imóvel e admitir adaptações e melhorias necessárias ao seu funcionamento (Juiz de Fora, 1995). Esse ponto é central para o caso: o tombamento não institui uma oposição automática entre preservação e uso. Ele cria parâmetros para que o uso seja compatível com os valores protegidos.

Quadro 1 – Marcos documentais da trajetória do edifício e do museu

Período	Marco documentado	Base documental
1919	A documentação institucional associa a concepção da casa ao casamento de Cecy e Clóvis; a data exata de conclusão não foi registrada.	UFJF (2026b)
Década de 1950	O imóvel passa a sediar a Faculdade de Direito e, posteriormente, abriga dependências ligadas à administração universitária.	UFJF (2026b); Juiz de Fora (1995)
1971–1972	Criação e inauguração do Forum da Cultura como espaço cultural da Universidade Federal de Juiz de Fora.	UFJF (2026a; 2026d)
1995	Tombamento municipal do edifício por meio do Decreto do Executivo nº 5.385.	Juiz de Fora (1995)
Década de 1970–atual	Transferência do Museu de Cultura Popular para o Forum e manutenção de exposições e ações de difusão cultural.	UFJF (2026c)

Fonte: elaboração própria com base em UFJF (2026a, 2026b, 2026c, 2026d) e Juiz de Fora (1995).

A trajetória apresentada no Quadro 1 evidencia que o edifício não possui valor patrimonial dissociado de seus usos sociais e institucionais. Ao longo do tempo, a edificação assumiu diferentes funções, acompanhando transformações da universidade e incorporando novos sentidos por meio de sua apropriação cultural. Esse percurso demonstra que a preservação patrimonial envolve não apenas a permanência física do imóvel, mas também sua capacidade de abrigar práticas que mantenham sua relevância pública. A criação do Forum da Cultura e a inserção do Museu de Cultura Popular representam uma mudança significativa nessa trajetória, ampliando o papel do edifício de espaço histórico para equipamento universitário de produção, preservação e comunicação cultural.

Nesse contexto, o tombamento não encerra o processo de valorização patrimonial, mas estabelece uma responsabilidade contínua de conservação, gestão e mediação com a sociedade. Os marcos documentais, portanto, não são compreendidos apenas como eventos cronológicos, mas como elementos que permitem observar a construção gradual da relação entre patrimônio edificado, memória institucional e extensão universitária. Essa perspectiva orienta a análise da edificação e do museu como estruturas complementares, nas quais preservação e uso cultural se articulam de forma permanente.

4.2 Origem, acervo e lugar do Museu de Cultura Popular

A origem do Museu de Cultura Popular está associada ao trabalho do professor Wilson de Lima Bastos. Segundo a documentação da UFJF, o percurso institucional começou com o Centro de Estudos Sociológicos, criado em 1962, passou pela organização de um Departamento de Folclore em 1963 e pela criação do Museu do Folclore em 1965. Na década de 1970, o museu foi transferido para o Forum da Cultura e, em 1987, seu acervo foi doado à universidade. A sequência revela que o museu não surgiu como elemento decorativo do edifício; ele possui trajetória própria de pesquisa, coleta, guarda e difusão (UFJF, 2026c).

A página institucional informa que o acervo reúne mais de 3.000 peças e apresenta referências associadas à cultura popular, incluindo imagens, objetos ligados a crenças religiosas, cerâmicas e brinquedos. Esses itens são descritos como parte de exposições e ações de divulgação. O número informado deve ser lido como dado institucional, pois

não foi localizado, no corpus consultado, um inventário público atualizado que permita conferir a distribuição do acervo por tipologia, procedência, data de incorporação, estado de conservação ou situação documental.

O museu integra um conjunto mais amplo. O Forum da Cultura reúne, conforme a apresentação institucional, o Museu de Cultura Popular, a Pinacoteca, a Galeria de Arte, o Centro de Estudos Teatrais e Grupo Divulgação, o Coral Universitário e outras ações de difusão. Essa composição faz do prédio um equipamento cultural multifuncional, mas não autoriza atribuir ao museu todas as atividades do Forum. A delimitação é necessária para identificar quais ações pertencem ao Museu de Cultura Popular e quais resultam da programação geral do espaço.

A singularidade do caso decorre da sobreposição de três camadas. A primeira é a materialidade da casa protegida pelo município. A segunda é a trajetória do acervo de cultura popular, vinculada à pesquisa e à memória universitária. A terceira é a abertura do Forum à circulação de públicos por meio de exposições, visitas e ações culturais. O museu pode, assim, ser compreendido como lugar em que patrimônio material, referências imateriais e extensão universitária se encontram. Essa formulação descreve uma possibilidade institucional sustentada pelos documentos; a intensidade de seus efeitos depende de práticas de gestão e de recepção ainda não mensuradas.

5 Uso cultural sem congelamento da edificação

A relação entre o Museu de Cultura Popular e o edifício do Forum da Cultura é recíproca. A casa oferece uma moldura histórica que interfere na experiência da visita, enquanto o museu atribui uso público e atualidade cultural a uma construção que poderia ser percebida apenas como vestígio arquitetônico. A proteção prevista no decreto municipal fornece uma base para essa convivência, pois preserva elementos materiais e, simultaneamente, reconhece a necessidade de adaptações para a função cultural (Juiz De Fora, 1995).

Essa compatibilidade não deve ser confundida com ausência de conflitos. Exposições, circulação de pessoas, iluminação, segurança, climatização, acessibilidade e montagem podem afetar pisos, paredes, esquadrias e ambientes protegidos. O uso responsável requer diagnóstico de riscos, protocolos de conservação preventiva, registro de intervenções e coordenação entre equipes de patrimônio, museologia, manutenção e

segurança. A literatura sobre reutilização de edifícios históricos mostra que a qualidade do projeto depende da leitura do bem e da explicitação dos critérios de intervenção (Almeida; Queiroz; Goes, 2018).

Os documentos consultados sustentam que a edificação é usada como espaço cultural e que o município reconheceu sua função pública. Eles não permitem, contudo, afirmar que o funcionamento do Forum tenha causado a requalificação do centro, a valorização imobiliária ou a transformação das práticas urbanas do entorno. Para sustentar uma conclusão desse tipo seriam necessários indicadores territoriais, dados de fluxo, entrevistas com usuários e comparação temporal. A distinção evita transformar a presença do equipamento em prova de impacto urbano.

5.1 Museu, educação e extensão universitária

A UFJF apresenta o Forum da Cultura como espaço de articulação entre universidade e sociedade. No caso específico do Museu de Cultura Popular, a instituição associa o acervo a exposições, pesquisa, difusão e ações de extensão, com atenção às relações com escolas e comunidade (UFJF, 2026c). A universidade também divulga visitas guiadas ao edifício histórico para o público em geral (UFJF, 2026e). Esses registros documentam uma oferta institucional e indicam o potencial do museu para produzir experiências educativas fora da sala de aula.

A extensão não deve ser tratada como atividade auxiliar da preservação. Ela pode contribuir para a construção de inventários, a formação de estudantes, a elaboração de materiais de mediação e a circulação de conhecimentos produzidos com grupos sociais. A experiência de formação de bolsistas em museus de ciência analisada por Lima e Carvalho (2020) mostra como o trabalho museal pode integrar aprendizagem e ação pública. Teixeira (2024), por sua vez, evidencia que a museologia social em uma universidade demanda negociação de saberes e reconhecimento dos sujeitos envolvidos.

Aplicado ao caso, esse enfoque sugere que o acervo deve ser apresentado com informação sobre procedência, usos, sentidos e contextos, evitando que objetos de cultura popular sejam reduzidos a exemplares exóticos ou a ilustrações de um passado homogêneo. A mediação pode criar aproximações entre pesquisa acadêmica e conhecimentos comunitários, desde que reconheça conflitos, diferenças regionais e autoria dos grupos relacionados aos bens. A documentação consultada sustenta a

existência de ações de difusão; não permite medir, porém, se os visitantes compreendem as exposições, se retornam ao museu ou se participam de decisões curatoriais.

A pesquisa de recepção aparece, nesse ponto, como uma necessidade de gestão. Questionários breves, entrevistas, observação de percursos, rodas de conversa e registros de acessibilidade poderiam produzir evidências sobre expectativas, barreiras e interpretações dos públicos. O objetivo não seria converter a visita em produto mensurável, mas usar a informação para aperfeiçoar a comunicação, a inclusão e a pertinência social das ações. Essa abordagem está alinhada à compreensão de comunicação museológica como processo de construção de sentidos (Cury, 2005).

5.2 Participação, acessibilidade e sustentabilidade

A participação social é uma dimensão que precisa ser investigada, e não presumida. O fato de o Museu de Cultura Popular trabalhar com referências da cultura popular não demonstra, sozinho, que comunidades, praticantes ou detentores tenham participado da seleção, interpretação e exposição dos objetos. Para avançar nessa direção, a gestão poderia instituir consultas documentadas, parcerias com escolas e coletivos, protocolos de consentimento quando pertinentes, mecanismos de devolutiva e instâncias consultivas com representação diversa. Tais medidas não substituem a responsabilidade técnica do museu, mas tornam as decisões mais transparentes.

A acessibilidade também ultrapassa a instalação de uma rota física. Ela envolve linguagem, comunicação, recursos para pessoas com deficiência, acolhimento, disponibilidade de informações e possibilidade efetiva de participação. O Estatuto de Museus vincula comunicação, educação, acesso e avaliação dos públicos (Brasil, 2009), enquanto a definição do Icom (2022) enfatiza inclusão e diversidade. A análise do caso não encontrou dados sistematizados sobre recursos de acessibilidade, o que impede uma avaliação conclusiva e reforça a necessidade de diagnóstico público.

A sustentabilidade do museu pode ser organizada em quatro frentes interdependentes. A frente física abrange conservação preventiva, segurança, controle de riscos e compatibilidade das montagens com o tombamento. A frente documental envolve inventário, catalogação, procedência, imagens, estado de conservação e política de acervo. A frente social compreende mediação, educação, participação e avaliação. A frente institucional requer plano museológico, equipe, orçamento, responsabilidades

definidas e articulação com a universidade. A presença em meios digitais pode ampliar a comunicação, mas não substitui o cuidado com o acervo nem a experiência presencial.

O diagnóstico de Carvalho, Julião e Cunha (2022) mostra por que essa agenda não pode ser reduzida à programação. A concentração de museus universitários em imóveis antigos, a ausência de planos museológicos em parte expressiva da amostra e a insuficiência de equipes relatada pelos respondentes revelam condições estruturais que afetam a continuidade das ações. No Forum da Cultura, essas questões devem ser verificadas por dados próprios, sem transferência automática do diagnóstico nacional para a realidade local. A contribuição do estudo comparativo é oferecer um quadro de problemas recorrentes que podem orientar indicadores e prioridades.

A sustentabilidade, nesse sentido, não significa apenas garantir a abertura do prédio. Significa manter a capacidade de cuidar das coleções, justificar escolhas, formar pessoas, receber públicos diversos e revisar procedimentos. O museu poderá fortalecer sua posição na UFJF se transformar essas dimensões em compromissos verificáveis, com metas de documentação, conservação, acessibilidade, participação e avaliação. A adoção de indicadores não deve substituir a análise qualitativa; deve oferecer evidências para que decisões institucionais não dependam apenas de memória administrativa ou de percepções isoladas.

Considerações finais

A análise respondeu ao objetivo ao demonstrar que o Museu de Cultura Popular do Forum da Cultura articula três dimensões que não devem ser examinadas separadamente: a proteção de uma edificação histórica, a preservação e interpretação de um acervo de cultura popular e a função pública da universidade. O edifício tombado fornece continuidade material e memória urbana; o museu transforma essa materialidade em possibilidade de pesquisa, exposição, educação e encontro; a extensão aproxima o conhecimento universitário de públicos externos.

O caso também mostra que a compatibilidade entre patrimônio e uso cultural é uma construção de gestão. O tombamento municipal admite a função cultural, mas exige cuidado com intervenções e manutenção. A presença de um acervo expressivo e de uma programação institucional indica capacidade de oferta, mas não prova, por si só, qualidade da mediação, participação comunitária, acessibilidade plena ou impacto sobre o entorno.

Essas dimensões dependem de dados de recepção, documentação de processos, indicadores de conservação e avaliação continuada.

A principal contribuição do estudo é deslocar a leitura do Forum da Cultura de uma descrição arquitetônica ou comemorativa para uma análise das relações entre patrimônio, museu e universidade. Nessa perspectiva, o Museu de Cultura Popular não é um conteúdo adicional do edifício, assim como o prédio não é apenas um recipiente neutro para o acervo. Ambos participam da experiência cultural, mas a força dessa relação depende de mediações capazes de contextualizar objetos, reconhecer sujeitos e acolher interpretações plurais.

Como implicação prática, recomenda-se que a gestão fortaleça o plano museológico, atualize o inventário e a documentação do acervo, produza diagnóstico de conservação e acessibilidade, implemente pesquisa de públicos e formalize procedimentos de participação e devolutiva. Essas medidas podem ser articuladas a projetos de ensino, pesquisa e extensão, com responsabilidades e recursos definidos. A agenda não decorre de uma deficiência comprovada em cada item; decorre das exigências legais, dos referenciais museológicos e das lacunas identificadas no corpus.

Conclui-se que o Museu de Cultura Popular do Forum da Cultura possui relevância como equipamento cultural universitário e como lugar de mediação entre patrimônio, memória e sociedade em Juiz de Fora. Sua consolidação acadêmica e social dependerá de tornar visíveis os processos que sustentam essa relevância: como o acervo é cuidado, como os sentidos são construídos, quem participa das decisões e quais evidências demonstram os resultados. Essa agenda preserva a especificidade do caso e evita atribuir ao museu efeitos que a documentação disponível ainda não permite afirmar.

Referências

ALMEIDA, Isabelle de Lima; QUEIROZ, Karina da Silva; GOES, Gérsica Vasconcelos. Uma análise do restauro à luz das teorias contemporâneas: a conversão do edifício da Antiga Alfândega em Caixa Cultural Fortaleza. **Revista Projetar** – Projeto e Percepção do Ambiente, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 51–65, 2018. DOI: 10.21680/2448-296X.2018v3n2ID16553. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16553. Acesso em: 6 set. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 6 set. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 6 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 6 set. 2026.

CARVALHO, Cláudia Rodrigues; JULIÃO, Letícia; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus universitários no Brasil: diagnóstico e proposições. Interfaces – **Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 409–431, jul./dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/42505. Acesso em: 6 set. 2026.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2006.

CURY, Marília Xavier. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 365–380, 2005. DOI: 10.1590/S0104-59702005000400019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000400019. Acesso em: 6 set. 2026.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **ICOM aprova nova definição de museu**. São Paulo: ICOM Brasil, 2022. Disponível em: https://icom.org.br/icom-aprova-nova-definicao-de-museu/. Acesso em: 6 set. 2026.

JUIZ DE FORA (Município). **Decreto do Executivo nº 5.385, de 14 de setembro de 1995**. Dispõe sobre o tombamento do imóvel situado na Rua Santo Antônio, nº 1.112, Forum da Cultura. Juiz de Fora, 1995. Disponível em: https://jflegis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000016161. Acesso em: 6 set. 2026.

LIMA, Isabel Van Der Ley; CARVALHO, Cristina. A formação de alunos bolsistas em museus de ciência: os museus universitários como espaço para a extensão. **Revista CPC**, São Paulo, v. 15, n. 30 esp., p. 278–293, 2020. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v15i30espp278-293. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/173072. Acesso em: 6 set. 2026.

TEIXEIRA, Sidélia. Museologia social e museus universitários: uma experiência de ensino, pesquisa e extensão com os Kamayurá. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 7, número especial, p. 1–19, 2024. DOI: 10.33467/conci.v7i.22275. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/22275. Acesso em: 6 set. 2026.

TOJI, Simone. Consentimento, anuência, comunidades e detentores: a questão da participação social no campo do patrimônio cultural e o diálogo entre a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e a política de patrimônio imaterial do Brasil. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 62, n. 18, p. 77–86, 2021. DOI: 10.36572/csm.2021.vol.62.06. Disponível em:

https://doi.org/10.36572/csm.2021.vol.62.06. Acesso em: 6 set. 2026.

UNESCO. **Recommendation concerning the protection and promotion of museums and collections, their diversity and their role in society**. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-concerning-protection-and-promotion-museums-and-collections-their-diversity-and-their. Acesso em: 6 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Forum da Cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2026a. Disponível em: https://www2.ufjf.br/forumdacultura/. Acesso em: 6 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Casarão**. Juiz de Fora: UFJF, 2026b. Disponível em: https://www2.ufjf.br/forumdacultura/patrimonio/casarao/. Acesso em: 6 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Museu de Cultura Popular**. Juiz de Fora: UFJF, 2026c. Disponível em: https://www2.ufjf.br/forumdacultura/museu-de-cultura-popular/. Acesso em: 6 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Pró-Reitoria de Cultura**. Forum da Cultura. Juiz de Fora: UFJF, 2026d. Disponível em: https://www2.ufjf.br/procult/orgaos-executores/forum-da-cultura/. Acesso em: 6 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Visitas guiadas**. Juiz de Fora: UFJF, 2026e. Disponível em: https://www2.ufjf.br/cartadeservicos2/visitas-guiadas/. Acesso em: 6 set. 2026.